



[69] Empreenda Fácil

Organização responsável: **Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) / Secretaria Municipal da Fazenda (SF) / PRODAM**

CATEGORIA II: Inovação em serviços e políticas públicas

Resumo

O programa Empreenda Fácil simplifica o processo de abertura, licenciamento e regularização de empresas. Lançado em maio de 2017, o Empreenda Fácil permite o licenciamento de empresas de baixo risco em média de cinco dias, reduzindo a burocracia para a abertura de novos empreendimentos na cidade. O processo anterior levava mais de 100 dias e exigia a peregrinação entre órgãos municipais, estaduais e federais, agora reunidos em uma mesma plataforma. O novo sistema registra a abertura de mais de 83 mil empresas e mais de 223 mil pedidos de análise de viabilidade. Os negócios de baixo risco representam 80% da atividade econômica da cidade. Mas o programa também beneficia a abertura de empresas de alto risco, de filiais e a regularização de empreendimentos, que também tiveram seus processos simplificados.

1_Objetivo

O projeto Empreenda Fácil tem por objetivo desburocratizar o processo de abertura e licenciamento de pessoas jurídicas no município de São Paulo, através da integração dos processos em plataforma eletrônica única para o cidadão, o sistema RLE (Registro e Licenciamento de Empresas), que compreende todas as aprovações necessárias nas esferas municipal, estadual e federal.

No Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo, o Empreenda Fácil é o projeto de número 55, associado à meta 40, que visa reduzir o tempo de abertura e licenciamento de empresas de baixo risco para 5 dias, contribuindo dessa maneira para melhorar a percepção do empreendedor sobre o ambiente de negócios do país. Pretendia-se alcançar no período entre 2017 e 2018 o tempo médio de abertura de 7 dias e, no período entre 2019 e 2020, atingir a marca de 5 dias, porém, a média de 4,57 dias foi alcançada em outubro de 2017.

2_Problema / oportunidade

O projeto busca solucionar: elevado tempo de abertura e formalização de empresas de baixo risco: 101,5 dias, sendo que 90 dias correspondiam apenas ao licenciamento municipal; excessivo número de deslocamentos presenciais do empreendedor durante o processo de abertura e licenciamento de uma empresa. Antes do projeto, o processo envolvia ao menos 5 deslocamentos presenciais e 2 interações eletrônicas; tempo excessivo para a análise manual de processos de licenciamento de baixo risco: a análise para a concessão de ALF levava em média 54 dias com trâmite e entrega de documentação física. Pedidos de risco correspondem a 80% do volume de empresas abertas em São Paulo; elevado estoque de processos de

licenciamento em análise nas Subprefeituras: estimativa de estoque de mais de 30.000 processos; inexistência de uniformidade na orientação ao empreendedor; existência de ilegalidade de empreendimentos, ao oferecer uma solução desburocratizada para a obtenção de licenças; elevada taxa de erros cadastrais na troca de informações entre os diferentes órgãos. O Empreenda Fácil permite que empreendedores concluam o processo em até 7 (sete) interações totalmente eletrônicas, caso todos os sócios da empresa disponham de certificado digital.

Do ponto de vista da administração municipal, o projeto trouxe a oportunidade de contribuir para: fornecer dados para subsidiar a atividade de fiscalização dos agentes vistoristas e a tomada de decisão baseada em evidências; aumentar o nível de formalização de pessoas jurídicas no âmbito municipal; diminuir o grande número de inconsistências cadastrais; racionalizar e uniformizar os processos e procedimentos relacionados ao registro e à legalização de pessoas jurídicas; padronizar e melhorar a qualidade das informações, racionalizar custos, contribuindo para maior eficácia da fiscalização com o compartilhamento e a sincronia das bases de dados; eliminar a duplicidade de exigências e garantir linearidade no processo.

3_ Desde quando o projeto já está em implementação?

jun/2014

4_ Atividades

Descreva, resumidamente, quais são as principais atividades / marcos do projeto até o momento. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

A fase inaugural do projeto, lançada em 8 de maio de 2017, foi voltada especificamente para a abertura de empresas novas e licenciamento de empresas de baixo risco com registro na Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo).

Em dezembro de 2017, foi lançado o Portal de Consulta Pública de Viabilidade, possibilitando que qualquer cidadão realizasse a consulta prévia e de maneira livre, sem a necessidade de cadastro no sistema RLE (Registro e Licenciamento de Empresas).

Já a segunda fase do projeto, lançada em 8 de abril de 2018, estendeu as funcionalidades de emissão automática e eletrônica de licenças de baixo risco às empresas existentes (abertas antes do programa), ampliou a utilização do sistema para o licenciamento de empresas com registro em Cartório e na OAB, além de abarcar o licenciamento de alto risco e a abertura de filiais de matrizes existentes.

5_ Parceiros

Liste os parceiros envolvidos no projeto, brevemente descrevendo o papel de cada um (por ex., secretarias municipais, ONGs, empresas... limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

Secretarias: SMIT: Lidera o projeto, integra sistemas da Consulta Prévia de Funcionamento e de Licenciamento Eletrônico de Atividades, acompanha operação e oferece suporte técnico ao cidadão. SF: lidera o projeto e integra sistemas do Cadastro de Contribuintes Mobiliários, executa orçamento e fiscaliza contrato da Prodam. Escopo, regras de negócio e requisitos dos sistemas: SMUL: análise de viabilidade e subsídio da elaboração de Decretos e Instrumentos Normativos. SMSUB: análise de viabilidade, licenciamento e lista de imóveis bloqueados para instalação de atividades não residenciais. SVMA: licenciamento ambiental de atividades industriais e não industriais e subsídio do tratamento no sistema de viabilidade para imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Áreas Contaminadas. SG: normatizou a

publicação das licenças no Diário Oficial do Município. SMC: orientações para solicitar viabilidade de empreendimentos em imóveis tombados ou áreas envoltórias. SMDE: orienta o empreendedor nas unidades da Adesampa. SMS: licenciamento sanitário. Prodam: integrações e webservices com sistemas dos órgãos, sustentação do sistema e acompanhamento de melhorias/correções. Externos: JUCESP e Prodesp: integrações para emissão conjunta no Número de Identificação do Registro de Empresas. SEFAZ - SP: integrações para emissão conjunta da Inscrição Estadual para pessoas jurídicas que exercem atividades econômicas nas quais incide ICMS. CETESB, Corpo de Bombeiros e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo: licenças emitidas no sistema VRE. Receita Federal: integrações de atos relacionados às pessoas jurídicas e emissão do CNPJ no Coletor Nacional. Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa: gestão do contrato do sistema e interlocução com a equipe técnica do Serpro. Serpro: novas funcionalidades e faz manutenção da infraestrutura. Sebrae-SP, Sescon, Fecomércio, OAB-SP, Associação Comercial, Desenvolve SP, Central RTDPJ: disseminar novas funcionalidades ao público-alvo.

6_ Resultados

Descreva os resultados do projeto. Sempre que possível, use indicadores quantitativos e/ou qualitativos destes resultados. (limite de 4000 toques, incluindo caracteres e espaços)

Indicadores Quantitativos:

Solicitações de Viabilidade (RLE e Consulta Pública): 238.626.

Quantidade de Empresas Abertas: 86.895 (Em: 17/09/2018)

Tempo de abertura de empresas: redução de 101,4 dias para 4,57 dias para pessoas jurídicas de baixo risco.

Quantidade de licenças de baixo risco emitidas desde o lançamento do projeto: 11.742

Média mensal de licenças de baixo risco emitidas: 733,85

Solicitações de regularização de empresas existentes: 9.272 (Desde 08/04/2018)

Profissionais de contabilidade treinados nas 4 (quatro) edições de Workshops Empreenda Fácil promovidos pelo Sescon em 2017 e 2018: 739.

Treinamentos Extras nas Subprefeituras e Adesampa: 10 e 122 servidores treinados.

Atendimentos no Centro de Atendimento da Fazenda Municipal – antes da implantação do desbloqueio eletrônico do CCM em julho de 2017 havia uma média de 250 atendimentos presenciais por dia. Segundo a Divisão de Atendimento da Receita Municipal. Quando o desbloqueio passou a ser eletrônico, a área observou uma redução de 1/3 dos atendimentos referentes ao CCM.

Antes da implantação houve capacitação para engenheiros e arquitetos das Subprefeituras e agentes vistoristas.

Reuniões Gerais de Engajamento das Secretarias Municipais e Parceiros (2017 e 2018): 10 reuniões e média de 18,7 participantes por reunião.

7_ Recursos investidos

Liste brevemente os recursos investidos no projeto (tanto financeiros quanto em tempo / dedicação de funcionários). Explique também se e como o projeto melhora a eficiência no uso de recursos públicos. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

Do ponto de vista dos recursos financeiros já investidos no projeto Empreenda Fácil, no âmbito municipal, foram 5 (cinco) contratos de tecnologia com a Prodam desde 2014, que já somam R\$ 8.660.323,23.

O projeto contou com o engajamento de servidores das seguintes Secretarias Municipais para a definição das regras de negócio, testes de homologação de sistemas e apontamento de falhas e melhorias: de Inovação e Tecnologia, das Subprefeituras, de Urbanismo e Licenciamento, da Saúde, do Verde e Meio Ambiente, de Cultura, de Gestão e da Fazenda, além de servidores das Praças de Atendimento e das equipes de CPDU das Subprefeituras. Além disso, foram essenciais os servidores da Prodam e do Serpro.

8_Inovação

Justifique quais são os aspectos inovadores desta iniciativa. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

O Empreenda Fácil apresenta inovações em relação ao processo anterior que serão listadas a seguir: Interações entre os sistemas dos diferentes órgãos por intermédio de webservices; Caráter auto declaratório: para pessoas jurídicas classificadas como de baixo risco, a análise documental é dispensada e substituída por declarações fornecidas pelo empreendedor; Análise de viabilidade obrigatória e prévia à constituição da pessoa jurídica; O sistema foi desenvolvido de modo a refletir um fluxo contínuo e autoexplicativo, com comunicação fácil e clara para o empreendedor em todas as etapas do processo de legalização da empresa; Serviço de suporte técnico on-line pelos canais de atendimento do portal SP156, não onerando as Praças de Atendimentos dos órgãos municipais; Desbloqueio eletrônico e automático do CCM, sem a necessidade de deslocamento presencial; Reaproveitamento de todas as informações prestadas pelo cidadão ao longo do processo, conferindo celeridade às aprovações dos diferentes órgãos.

9_Transparência e participação

Comente de que forma o projeto contribui para uma gestão pública municipal mais transparente. Descreva ainda se há mecanismos de participação dos públicos envolvidos do projeto e como esta participação acontece (no planejamento, na implementação, na avaliação... limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

O projeto contou com amplo engajamento dos servidores das pastas no processo de formulação, implantação e homologação do sistema, bem como das melhorias e correções que ainda estão em curso.

O Empreenda Fácil contribui para maior transparência na gestão pública à medida que possibilita o acompanhamento do status do processo pelo cidadão, bem como integra os sistemas necessários para a abertura de empresas, diminuindo o risco de fraude nas diferentes etapas do processo. Além disso, o projeto permite a geração e a posterior publicação de dados.

Os dados do Empreenda Fácil se encontram disponíveis no portal Planeja Sampa, que contém dados atualizados da execução orçamentária e as linhas de ação relacionadas.

Além disso, os dados dos chamados de suporte técnico do Empreenda Fácil estão disponibilizados no “Portal Dados Abertos” da Prefeitura de São Paulo, no menu de solicitações recebidas pelos canais de atendimento do SP156. (Data de referência: 30/06/2018). A equipe também está disponível para o atendimento e esclarecimentos de dúvidas levantadas pela Ouvidoria e órgãos de controle.

10_Continuidade

Descreva as atividades e as estratégias usadas no projeto para aumentar as chances de continuidade da iniciativa a médio e longo prazo. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

O projeto foi estruturado do ponto de vista jurídico pelo protocolo de intenções celebrado entre a Prefeitura de São Paulo, JUCESP e a União em 29 de junho de 2014. O Decreto Municipal 57.736 de 2016 estabeleceu o marco legal e competências para a gestão dos sistemas municipais no âmbito da REDESIM. Os Decretos Municipais 57.298 e 57.378 de 2016 estabeleceram o rol de atividades de baixo risco passíveis de licenciamento eletrônico e automático. Recentemente esta lista de atividades foi ampliada com a publicação do Decreto 58.419 de 14 de setembro de 2018. O projeto conta com recursos do PNAFM (Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros), ampliando as fontes de financiamento e continuidade do projeto. Além disso, o alinhamento com SF vem assegurando a realização de investimentos de longo prazo no projeto e o planejamento orçamentário estruturado das próximas fases do projeto.

Tendo em vista que o processo de abertura e registro da empresa já atingiu redução significativa, como ação de continuidade do projeto cogita-se ações para incentivar as empresas que ainda não deram prosseguimento à etapa de licenciamento no sistema. A expectativa é que as próximas fases contemplem todo o ciclo de vida da empresa, abarcando alteração e baixa. Também está previsto o desenvolvimento de funcionalidades para aprimorar a Gestão de Licenças dos servidores dos órgãos municipais. A governança do projeto é um diferencial, pois permite o acompanhamento do cronograma e rápido ajuste de desvios de execução. Além disso, o patrocínio do projeto por parte das lideranças de SMIT e SF também contribui para que este tema permaneça na pauta do dia. Entendemos que a efetividade do projeto no longo prazo, passa pela participação e envolvimento dos colaboradores internos da Prefeitura de São Paulo na validação de regras dos sistemas e nos treinamentos/capacitações de operação, que visam identificar gargalos e otimizar o serviço prestado ao cidadão.

11_Replicabilidade

Em que medida o projeto pode ser replicado em outras áreas da PMSP ou mesmo em outros municípios? (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

O potencial de replicabilidade desta experiência para outros municípios é elevado, principalmente no que tange à estrutura de governança, planejamento e implantação do projeto, bem como ações de comunicação e metodologias empregadas, que podem ser utilizadas em experiências de outros municípios.

O município de São Paulo possui elevado dinamismo do ambiente de negócios e o volume de dados processados no Empreenda Fácil permite que municípios menores possam estimar com mais precisão, não somente o orçamento necessário para o desenvolvimento dos sistemas, mas também as especificações técnicas para o processamento desses dados.

Outro aspecto que pode ser disseminado, embora tácito, é o esforço para conjugar as necessidades de diferentes órgãos municipais para definição, acompanhamento e monitoramento da eficácia do projeto. Além disso, as lições aprendidas podem ser compartilhadas e os sistemas de propriedade da Prodram podem ser alvo de cessão gratuita, mediante formalização de convênio com a Prefeitura de São Paulo.

12_Organização responsável

Fale brevemente sobre a organização / órgão público responsável pelo projeto. (limite de 2000 toques, incluindo caracteres e espaços)

Como exposto anteriormente, o projeto Empreenda Fácil tem gestão compartilhada entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) e Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

A SMIT tem por finalidade promover a melhoria, a inovação e o uso de tecnologia da informação e comunicação na organização e nos serviços prestados pela Administração Pública Municipal, bem como fomentar a inclusão digital e o acesso à informação e às tecnologias, bem como executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação.

A SMIT é composta por 8 Coordenadorias, além do Gabinete. Também estão vinculados à pasta dois Conselhos Municipais e a Prodam.

O Empreenda Fácil é acompanhado pela CGTIC (Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação), mais especificamente pelo Departamento de Projetos Centrais de Tecnologia da Informação e Comunicação – DEPRO.

Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC)

Coordenador: André Tomiatto de Oliveira

Secretário: Daniel Annenberg

Composição: 11 APDOs; 2 APPGGs; 4 Auditores Fiscais; 2 AGPPs; 7 Comissionados e 8 estagiários.

Localização: Rua Líbero Badaró, 425 – 4º andar

A Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (COTEC), criada por meio do Decreto Municipal nº 52807 de 22 de novembro de 2011, controla as atividades relacionadas à identificação e tratamento das necessidades tecnológicas da Secretaria da Fazenda. São propostas pela área normas relacionadas à tecnologia de informação e comunicação. É do seu dever a implantação de tecnologias de gestão e controle de projetos e a gestão da prestação dos serviços relacionados à área.

Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (COTEC)

Coordenador Geral: Luciano Felipe de Paula Capato

Secretário: Caio Megale